

**COMPANHIA ENERGÉTICA DA BORBOREMA
CELB**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 2005
OBJETO DE PUBLICAÇÃO**

Relatório da Administração

Senhores Acionistas:

A Administração da Companhia Energética da Borborema - CELB tem a satisfação de apresentar os resultados de 2005, acompanhados das demonstrações contábeis correspondentes.

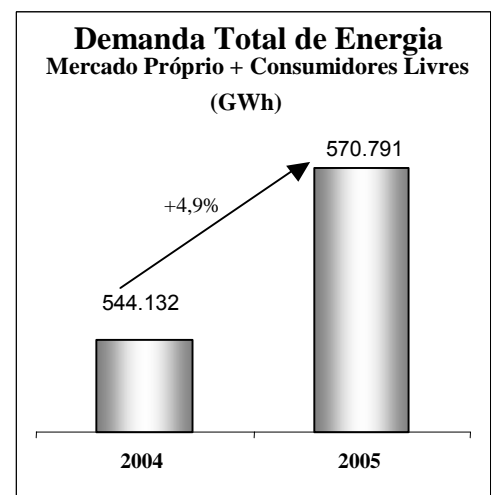
1. Considerações gerais

Em 2005, a CELB, respaldada nos resultados positivos registrados em 2004 e na consolidação de seus processos de gestão empresarial, continuou a investir na melhoria de seus indicadores operacionais e humanos, sem perder de vista a qualidade de sua prestação de serviços e a conseqüente satisfação de seus clientes, a valorização de seu capital humano e a consolidação da política de responsabilidade social e cultural que tem desenvolvido desde a privatização.

Assim é que, juntamente com seus colaboradores, conquistou, pelo segundo ano consecutivo, o **Prêmio Abradee 2005**, na categoria **Qualidade da Gestão** – dentre empresas com até 400 mil consumidores –, em justo reconhecimento ao esforço conjunto de tantos quantos continuamente trabalham para elevar o padrão de qualidade de seus serviços. A empresa também foi agraciada com o *Diploma de Responsabilidade Cultural* e o *Selo de Responsabilidade Cultural*, conferidos pelo Governo do Estado, por sua efetiva participação no desenvolvimento da cultura paraibana.

2. Evolução do mercado de energia elétrica

Em decorrência da saída parcial de um consumidor industrial para o mercado livre, as vendas de energia (476.826 MWh) no mercado próprio da CELB, em 2005, ficaram 12,4% abaixo do resultado obtido em 2004. Considerando-se a demanda total de energia elétrica na área de concessão da CELB, incluindo-se a parte livre (94.165 MWh) do consumidor acima mencionado, verifica-se crescimento de 4,9% sobre 2004. Importante é também lembrar que a CELB passou a faturar desse consumidor livre os encargos de uso do sistema de distribuição, minimizando assim os impactos financeiros resultantes dessa perda.



Dentre os principais segmentos de mercado, destacou-se o desempenho da classe residencial, que registrou crescimento de 6,2%, enquanto as classes comercial e rural também evoluíram positivamente em 3,1% e 15,5%, respectivamente.

Ao final do exercício, a CELB contabilizava 139.243 consumidores faturados, o que evidencia acréscimo de 2,9% em relação ao exercício anterior.

3. Investimentos

Os investimentos realizados em 2005, totalizaram R\$9.636 mil. Desse montante, R\$8.866 mil foram destinados à área de distribuição de energia elétrica, tendo em vista otimizar as condições técnicas e operacionais do sistema elétrico da empresa e, conseqüentemente, propiciar plena satisfação a seus consumidores.

Dentre as obras e melhorias nas redes de distribuição realizadas pela CELB em 2005, merecem registro:

- a continuação da implantação de moderna rede subterrânea no centro comercial da cidade de Campina Grande, em substituição à antiga rede aérea. Além de melhorar a qualidade do fornecimento de energia, essa obra vem contribuindo para a eliminação de fraudes e desvios de energia, comuns nessa importante área da cidade;
- a instalação de 127 novos transformadores de distribuição e 1.737 postes;
- a construção de cerca de 126 km de redes urbanas e rurais, com destaque para a implantação do *Programa Luz para Todos* – em parceria com os governos federal e estadual.

Findo o exercício, a CELB contava com: 419 km de linhas de distribuição urbana; 1.385 km de linhas de distribuição rural; 1.087 km de rede de distribuição urbana e 1.555 km de rede de distribuição rural.

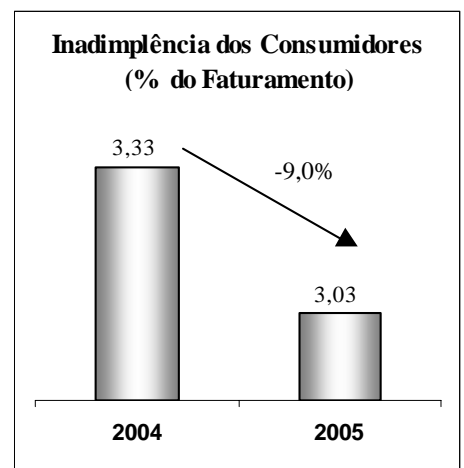
Cabe registrar que, a despeito do aporte de investimentos e das subseqüentes melhorias no sistema elétrico da empresa em 2005, verificou-se ligeira elevação dos indicadores de qualidade de fornecimento de energia, em relação a 2004: o DEC anual foi de 21,58 horas, enquanto o FEC atingiu 15,01 vezes.

Na área de transportes, foram investidos cerca de R\$ 360 mil na aquisição de 11 novos veículos, renovando-se em 17,5% a frota da empresa. Esta aquisição contribuirá para reduzir os custos de manutenção e, sobretudo, para agilizar e tornar mais constante o fluxo de atendimento aos clientes da empresa.

4. Desempenho comercial

A. Pendente e inadimplência

Em 2005, a CELB obteve resultados significativos em sua área de recebimentos, tendo registrado redução do pendente (total de créditos junto a clientes) e da inadimplência (valores não pagos pelos clientes nos últimos 12 meses) de 6,6% e 9,0%, respectivamente, em relação ao ano anterior, com destaque para a redução da inadimplência nas classes industrial (37,8%) e rural (16,6%). Ao final do exercício, o índice de inadimplência dos consumidores da CELB situou-se em 3,03%. Este desempenho positivo pode ser creditado a várias ações, dentre as quais vale salientar:



- *Campanha Boa Conta* – realizada no período de agosto a dezembro de 2005 –, que teve como principal estratégia a premiação de consumidores das classes residencial e rural, com contas pagas até a data do vencimento, e contribuiu para elevar a adimplência da classe residencial em 8,2% e a da classe rural em 11,5%;
- cobrança de débitos antigos – referentes a unidades consumidoras já desligadas –, por empresa terceirizada de cobrança, que resultou na recuperação de cerca de R\$1,5 milhão;
- concretização de acordo entre a CELB e os governos estadual e municipal, mediante assinatura de convênios para compensação recíproca de débitos e autorização de livre disposição, por parte dos municípios, de receitas decorrentes de repasses constitucionais do estado. Tal acordo favoreceu renegociações com cinco municípios, que possibilitaram arrecadação de R\$3,2 milhões, sendo R\$2,4 milhões à vista, mediante utilização de créditos que os municípios detinham do FPM (Fundo de Participação de Municípios), contribuindo para reversões de provisões para devedores duvidosos no montante de R\$2,2 milhões.

B. Perdas comerciais

As estratégias utilizadas pela CELB em 2005 no combate às perdas possibilitaram recuperação de energia equivalente a 713 MWh, além de 4.672 MWh de energia agregada. Para tanto, foram desenvolvidas as seguintes ações:

- inspeção em 8.900 unidades consumidoras dos grupos A e B;
- instalação de 2.241 padrões de medição externos (112% do previsto), contemplando os principais segmentos de clientes;
- e regularização de 889 ligações clandestinas nas áreas urbana e rural (106% do previsto).

Além da utilização dos procedimentos acima, a CELB adotou novas técnicas de identificação e localização de fraudes, bem como de priorização de inspeções, mediante a utilização de programas computacionais de alta eficiência na obtenção de melhores resultados e redução de custos, como o Revenue Intelligence (RI), desenvolvido especificamente para esse fim. Findo o exercício, o índice de perdas registrado na CELB situou-se em 8,97%.

C. Atendimento

Na área de atendimento ao cliente, a CELB tem também buscado incrementar sua prestação de serviços. Nesse sentido, a empresa implantou, em 2005, moderno sistema integrado de atendimento telefônico – o SIATT –, mais eficiente e confiável. Criado para padronizar procedimentos, este sistema unificado disponibiliza *menu* dos serviços que podem ser solicitados à Central de Soluções, além de roteiros para orientar e, sobretudo, agilizar o atendimento aos clientes, cuja satisfação se constitui em permanente prioridade da empresa.

5. Recursos Humanos

Empenhada em melhorar sua produtividade, a qualidade do atendimento e, conseqüentemente, a satisfação de seus clientes, a CELB continuou a dedicar atenção especial a seu quadro funcional no exercício de 2005, ao final do qual a empresa registrou um acumulado de 9.057 homens-hora treinados, equivalentes a 43,33 horas de treinamento por cada empregado.

Ao longo do ano, a empresa deu continuidade ao *Programa de Desenvolvimento Gerencial (MBA)* – implementado nas empresas do Sistema Cataguazes-Leopoldina e ministrado por

professores da Fundação Getúlio Vargas – bem como ao *Programa de Desenvolvimento de Lideranças (PDL)*, de que participaram vários de seus colaboradores.

Em 2005, os funcionários da CELB também fizeram jus aos valores referentes à sua Participação nos Lucros ou Resultados do exercício de 2004, resultantes de gestão participativa, envolvendo a empresa e seus empregados, e compatíveis com as metas e os resultados estratégicos alcançados.

No mesmo exercício e em sintonia com sua política de recursos humanos, a empresa introduziu – em caráter excepcional e por prazo determinado – um programa de preparação para a aposentadoria, tendo em vista atender o anseio daqueles que estiveram programando suas aposentadorias e tinham interesse em se desligar espontaneamente da empresa.

Na área de segurança, prosseguiram as ações do Projeto Segurança Máxima, cabendo destacar as campanhas de orientação à população sobre o uso seguro da eletricidade.

Ainda em 2005, foram implantados os procedimentos do *Manual de Gestão da Prevenção de Acidentes do Trabalho* na CELB, sendo dada continuidade à elaboração dos *Procedimentos de Operação (PRO)* e de *Execução (PRE)*. Os funcionários da empresa também foram treinados nos procedimentos homologados pelo Comitê Central de Segurança do sistema Cataguazes-Leopoldina. Terminado o exercício, o Coeficiente de Segurança do Trabalho (CST) acumulado foi igual a 42,90. Esse índice reflete de forma ponderada as taxas de gravidade e frequência de acidentes. O valor alcançado, embora superior à meta para 2005 (19,10), é considerado bastante satisfatório.

O ano de 2005 marcou também o início do acompanhamento, por parte da empresa, do Índice Amplo de Segurança (IAS), que expressa a relação entre frequência e gravidade de acidentes com contratados e com o público. Ao final do exercício, o IAS acumulado na CELB foi equivalente a 826,12, número esse infelizmente ainda alto, indicando a importância dos programas educacionais sobre o uso da energia elétrica, tais como os desenvolvidos pela CELB em sua Super Estação de Energia.

6. Programa Luz para Todos

O *Programa Luz para Todos* – importante instrumento criado pelo Governo Federal para levar energia elétrica a domicílios localizados no meio rural – concretizou a ligação de 818 novos domicílios na área rural de concessão da CELB, até dezembro de 2005. Além destes, a CELB promoveu a ligação de 215 domicílios não enquadrados no contrato de financiamento firmado com o Governo Federal, por intermédio da Eletrobrás.

Até o encerramento do programa em dezembro de 2005, previa-se a ligação de 2.850 domicílios na área rural da CELB. Entretanto, apesar dos esforços empreendidos pela empresa para localizar tal número de clientes – inclusive com a utilização de ampla campanha de mídia –, a meta não foi realizada, devendo o programa se estender até abril de 2006, com a perspectiva de ligação de mais 500 domicílios.

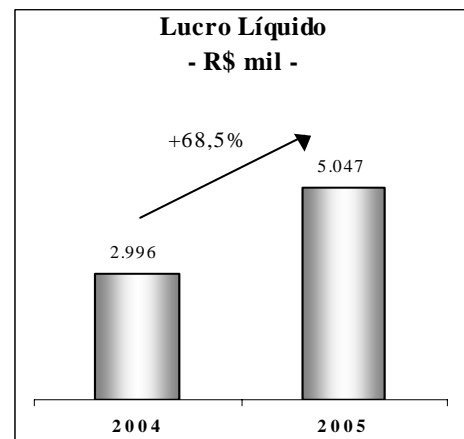
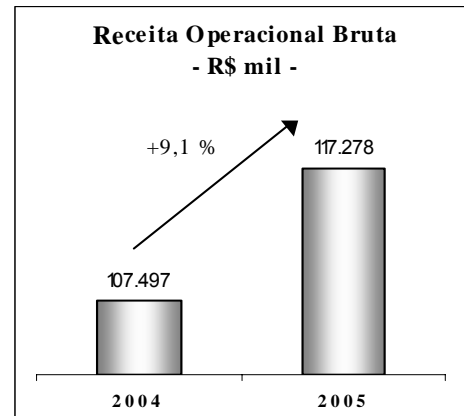
O rateio dos recursos necessários à realização do *Luz para Todos* engloba: recursos próprios da distribuidora (15%); recursos da Reserva Global de Reversão (RGR), repassados à CELB na forma de financiamento (10%); além de subsídios dos Governos Federal (55%) e Estadual (20%), estes últimos, integralizados mediante execução direta de obras por parte do Estado da Paraíba.

Os recursos alocados no programa pelo Governo Federal e pela CELB, conjuntamente, superaram R\$2,4 milhões.

7. Resultados econômico-financeiros

A receita operacional bruta de fornecimento e serviços de energia elétrica da CELB totalizou R\$117.278 mil em 2005, representado um aumento de 9,1% em relação a 2004. As despesas operacionais, por sua vez, evoluíram 1,4%, atingindo R\$72.357 mil no exercício. Conseqüentemente, o resultado dos serviços de energia elétrica cresceu de R\$10.899 mil, em 2004, para R\$11.294 mil, em 2005. A geração operacional de caixa, medida pelo EBITDA ajustado, foi de R\$17.867 mil e o lucro líquido atingiu R\$4.935 mil, o que representa um aumento de 64,7% em relação a 2004.

No exercício, a CELB aumentou o seu capital social para R\$24.665 mil, mediante a emissão de 71.351 ações ordinárias e 24.252 ações preferenciais, com a capitalização de recursos conferidos à Companhia, a título de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, no montante de R\$12.000 mil. Com isso, o patrimônio líquido da CELB totalizou R\$32.575 mil em 31 de dezembro de 2005, ou seja, R\$146,57 por ação do seu capital social.



8. Remuneração aos acionistas

Com base nos resultados do exercício, a Administração proporá à Assembléia Geral a distribuição de dividendos no montante de R\$1.080 mil, à razão de R\$2,737121 por ação ordinária e R\$11,097836 por ação preferencial.

9. Responsabilidade social

A CELB também dedicou atenção à área de responsabilidade social e cultural, a começar pelo relevante trabalho didático-científico que desenvolve na Super Estação de Energia, mantida pela empresa. Em seu segundo ano de funcionamento, este espaço continuou a cumprir a função educativa a que se destina, ou seja, propiciar, de forma lúdica e interativa, informações sobre alguns fundamentos da Física, os princípios da eletricidade e seu uso racional e eficiente.

Vale ressaltar que, em 2005, a *Super Estação de Energia CELB* foi visitada por aproximadamente 9 mil pessoas – sobretudo alunos e professores dos Ensinos Fundamental, Médio e Superior, além do público não escolar –, elevando para cerca de 15 mil o número de visitantes em apenas 18 meses de funcionamento.

Ainda em 2005, a CELB – fiel à sua política de apoiar as manifestações da cultura paraibana – patrocinou, juntamente com a Saelpa – Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba, 11 dos projetos selecionados pelo Fundo de Incentivo à Cultura Augusto dos Anjos. Além disso, contribuiu para a realização de outros eventos – dentre os quais a *Semana do Administrador*, promovida pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), a *Corrida Teles Albuquerque*, que contou com a participação de número considerável de atletas, etc. Assim como em anos anteriores, a empresa patrocinou também nova edição da *Micarande* e da *Festa de N. S. da Conceição*, padroeira de Campina Grande, eventos anualmente realizados na cidade.

Por sua relevante contribuição ao desenvolvimento da cultura paraibana, a CELB recebeu do Governo de Estado o *Diploma de Responsabilidade Cultural*, além do *Selo de Responsabilidade Cultural*, distinção especial conferida exclusivamente à Saelpa/CELB, por terem realizado o maior investimento na área cultural em todo o estado.

A seguir, informações relativas ao desempenho econômico - social da CELB:

Balanco Social

1. Indicadores econômico-financeiros (R\$ mil)	2005	2004
1.1 - Receita Operacional Líquida	83.651	82.053
1.2 - Lucro Operacional	7.162	3.454
1.3 – Folha de Pagamento	7.072	5.466
2. Indicadores Laborais (R\$ mil)		
2.1 - Alimentação	715	635
2.2 - Encargos Sociais	1.579	1.466
2.3 - Previdência Privada	133	180
2.4 - Saúde	230	195
2.5 - Educação	60	54
2.6 - Participação nos Resultados	356	251
2.7 - Outros Benefícios	265	214
Total - Indicadores Laboriais (2.1 a 2.7)	3.338	2.945
3. Indicadores e Investimentos Sociais (R\$ mil)		
3.1 - Impostos (excluídos encargos sociais)	36.688	27.777
3.2 - Contribuição p/a Sociedade/Investimentos na Cidadania	243	178
3.3 - Programa Luz para Todos	2.465	766
3.4 - Programa de eficiência energética, pesquisa e desenvolvimento	463	119
Total - Indicadores e Investimentos Sociais (3.1 a 3.4)	39.859	28.840
4. Indicadores do Corpo Funcional		
4.1 - N° de empregados ao final do período	220	210
4.2 - N° de admissões durante o período	15	14

**Demonstração do valor adicionado dos exercícios findos em
31 de dezembro de 2005 e 2004**
(em milhares de reais)

	2005	2004
1- GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Receitas de vendas de energia e serviços	117.278	107.497
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.248)	(1.683)
Resultado não operacional	803	1.628
Menos Insumos:		
Custo da energia comprada	37.810	35.362
Transporte de potência elétrica	8.681	6.451
Serviços de terceiros	4.627	4.559
Materiais	1.097	1.068
Conta de Consumo de Combustível – CCC	3.915	4.656
Conta de desenvolvimento energético – CDE	923	720
Outros custos operacionais	1.069	5.902
	<u>58.122</u>	<u>58.718</u>
2- VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>56.711</u>	<u>48.724</u>
Quotas de reintegrações	3.305	3.209
3- VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	<u>53.406</u>	<u>45.515</u>
4- VALOR ADICIONADO TRANSFERIDO		
Receitas financeiras	6.354	2.839
5- VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	<u>59.760</u>	<u>48.354</u>
6- DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal		
Remunerações	6.584	6.482
Entidade de previdência privada	133	130
Participação nos lucros	356	251
Governo		
INSS	830	800
ICMS	23.731	16.365
Imposto de renda, contribuição social, PIS e Cofins	12.121	10.753
RGR – Quota para reserva global de reversão	441	449
Outros	836	659
Financiadores		
Juros	9.658	9.337
Aluguéis	135	132
Acionistas		
Dividendos / Juros sobre o capital próprio	1.080	711
Lucros retidos	3.855	2.285
	<u>59.760</u>	<u>48.354</u>

Demonstração do fluxo de caixa
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005 e 2004
(em milhares de reais)

	2005	2004
Atividades operacionais		
(+) Recebimento de clientes	116.470	109.374
(+) Outros recebimentos	5.102	1.505
(-) Fornecedores	60.535	52.369
(-) Salários e encargos sociais	7.994	7.206
(-) Impostos e contribuições	43.051	26.893
(-) Outras despesas	6.697	1.695
(-) Perdas em aplicações financeiras	-	5.200
(=) Variação de caixa das atividades operacionais	3.295	17.516
Atividades de investimentos		
(-) Aquisição de imobilizado	7.825	5.197
(=) Variação de caixa das atividades de investimentos	(7.825)	(5.197)
Atividades de empréstimos e financiamentos		
(+) Empréstimos e financiamentos obtidos	40.886	4.073
(+) Outros	1.133	2.000
(-) Serviço da dívida:	31.711	24.000
(=) Variação de caixa das atividades de empréstimos e financiamentos	10.308	(17.927)
Aumento (diminuição) do saldo líquido de caixa	5.778	(5.608)
Saldo de caixa no início do exercício	3.912	9.520
Saldo de caixa no Final do exercício	9.690	3.912

A Administração.

Demonstrações Financeiras

1. Balanço Patrimonial – Ativo

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2005 e 2004 (Em milhares de reais)

Ativo	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Circulante		
Disponibilidades	4.367	2.047
Recursos vinculados	2.342	-
Aplicações no mercado aberto	2.981	1.865
Consumidores e concessionárias	16.617	19.748
Títulos de créditos a receber	2.120	2.213
Recomposição tarifária extraordinária	8.109	5.885
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.821)	(7.338)
Estoques	136	190
Impostos a recuperar	3.551	2.230
Créditos tributários	1.085	-
Despesas pagas antecipadamente	4.554	2.932
Outros créditos	1.298	654
	<u>44.339</u>	<u>31.081</u>
Realizável a longo prazo		
Recomposição tarifária extraordinária	7.022	15.774
Títulos de créditos a receber	1.228	727
Créditos com partes relacionadas	21.432	12.157
Impostos a recuperar	1.463	833
Créditos tributários	9.004	11.019
Depósitos judiciais	6.718	5.606
Programa emergencial de racionamento	15	695
Despesas pagas antecipadamente	3.647	1.510
Outros	4.514	3.716
	<u>55.043</u>	<u>51.382</u>
Permanente		
Investimentos	35	97
Imobilizado	30.082	25.729
Diferido	1.008	1.041
	<u>31.125</u>	<u>26.867</u>
Total do Ativo	<u>130.507</u>	<u>109.330</u>

2. Balanço Patrimonial – Passivo

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2005 e 2004

(Em milhares de reais)

Passivo	2005	2004
Circulante		
Fornecedores	9.052	12.975
Encargos de dívidas	211	258
Empréstimos e financiamentos	25.969	17.822
Folha de pagamento	391	223
Tributos e contribuições sociais	5.559	6.867
Parcelamento de impostos	1.477	891
Dividendos	1.667	1.265
Encargos do consumidor a recolher	217	544
Obrigações estimadas	1.151	1.105
Taxa de iluminação arrecadada	690	605
Outras contas a pagar	3.243	1.676
	<u>49.627</u>	<u>44.231</u>
Exigível a longo prazo		
Fornecedores	2.207	4.590
Empréstimos e financiamentos	30.232	14.993
Tributos e contribuições sociais	3.949	5.526
Parcelamento de impostos	5.671	5.177
Provisões para contingências	6.246	6.917
	<u>48.305</u>	<u>37.203</u>
Patrimônio líquido e recursos destinados a futuro aumento de capital		
Capital social	24.665	12.665
Reservas de capital	2.100	887
Reservas de lucros	5.810	2.344
	<u>32.575</u>	<u>15.896</u>
Recursos destinados a futuro aumento de capital	-	12.000
	<u>32.575</u>	<u>27.896</u>
Total do Passivo	<u>130.507</u>	<u>109.330</u>

3. Demonstrações do Resultado

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005 e 2004
 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Receita operacional		
Fornecimento de energia elétrica	112.657	104.965
Suprimento de energia elétrica	360	1.696
Disponibilização do sist. de transm. e de distribuição	2.714	-
Outras receitas operacionais	1.547	836
	<u>117.278</u>	<u>107.497</u>
Deduções da Receita Operacional		
ICMS	23.731	16.365
PIS	1.684	1.565
COFINS	7.763	7.055
ISS	8	10
Quota para RGR	441	449
	<u>33.627</u>	<u>25.444</u>
Receita operacional líquida	<u>83.651</u>	<u>82.053</u>
Custo do serviço de energia elétrica		
Custo com energia elétrica	46.491	41.813
Energia elétrica comprada para revenda	37.810	35.362
Encargos de uso do sist. de transm. e distribuição	8.681	6.451
Custo de operação	12.673	14.667
Pessoal e administradores	2.506	3.904
Material	515	527
Serviços de terceiros	1.087	1.006
Conta de consumo de combustível - CCC	3.915	4.656
Conta de desenvolvimento energético - CDE	923	720
Depreciação e amortização	2.608	2.450
Provisão para contingências	-	479
Outras	1.119	925
Custo do serviço prestado a terceiros	507	372
	<u>59.671</u>	<u>56.852</u>
Lucro operacional bruto	<u>23.980</u>	<u>25.201</u>
Despesas operacionais		
Despesas com vendas	8.231	5.771
Despesas gerais e administrativas	4.455	8.531
	<u>12.686</u>	<u>14.302</u>
Resultado do serviço	<u>11.294</u>	<u>10.899</u>
Receitas (despesas) financeiras		
Receita de aplicações financeiras	1.324	1.268
Variação monetária/acrésc. moratório de energia vendida	997	1.272
Encargos de dívidas	(10.843)	(6.880)
(-) Transferência para obras em curso	357	242
Outras receitas (despesas)	4.033	(3.347)
	<u>(4.132)</u>	<u>(7.445)</u>
Resultado operacional	<u>7.162</u>	<u>3.454</u>
Resultado não operacional		
Receita não operacional	1.109	2.015
Despesa não operacional	306	387
	<u>803</u>	<u>1.628</u>
Lucro líquido antes da contribuição social, imposto de renda, e das participações	<u>7.965</u>	<u>5.082</u>
Contribuição social	(701)	(494)
Imposto de renda	(1.973)	(1.341)
Lucro líquido antes das participações	<u>5.291</u>	<u>3.247</u>
Participações de empregados e administradores	(356)	(251)
Lucro líquido do exercício	<u>4.935</u>	<u>2.996</u>
Lucro líquido por ação - R\$	<u>22,21</u>	<u>23,69</u>

4 Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÃO DE RECURSOS para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005 e 2004 (Em milhares de reais)

	2005	2004
Origens de recursos		
Das operações		
Lucro líquido do exercício	4.935	2.996
Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante:		
Depreciação e amortização	3.305	3.209
Valor residual de ativo permanente baixado	912	1.441
Juros e variações monetárias de itens de longo prazo	(3.732)	(2.435)
Créditos tributários	930	(1.872)
Efeitos regulatórios do Pis e Cofins	-	(1.035)
Provisão para contingências	(977)	2.839
Redução do imposto de renda - incentivo fiscal	1.213	733
Total oriundo das operações	6.586	5.876
De terceiros		
Empréstimos captados	30.556	5.854
Contribuição de consumidores	16	31
Subvenção da União - recursos CDE	1.145	572
Redução do realizável a longo prazo	3.298	3.048
	35.015	9.505
Total das origens	41.601	15.381
Aplicações de recursos		
No imobilizado	9.312	5.238
No diferido	324	932
Transferência do exigível a longo prazo para o circulante	22.634	15.212
Dividendos	1.080	711
	33.350	22.093
Aumento (redução) do capital circulante líquido	8.251	(6.712)
Demonstração da variação do capital circulante líquido		
Ativo circulante:		
No início do exercício	31.081	30.832
No fim do exercício	44.339	31.081
	13.258	249
Passivo circulante:		
No início do exercício	44.231	37.270
Ajuste de exercício anterior	(389)	-
No fim do exercício	49.627	44.231
	5.007	6.961
Aumento (redução) do capital circulante líquido	8.251	(6.712)

5 Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005 e 2004 (Em milhares de reais)

	Reservas de capital			Reserva de lucros		Total	
	Capital social	Remuneração de imobilizações em curso	Redução de imposto de renda	Reserva legal	Retenção de lucros		Lucros acumulados
Saldos em 01 de janeiro de 2004	12.665	154	-	59	-	-	12.878
Incentivo Fiscal - Laudo constitutivo nº 0094/2004 - ADENE	-	-	733	-	-	-	733
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	2.996	2.996
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício:							
Reserva legal	-	-	-	150	-	(150)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	(711)	(711)
Retenção de lucros	-	-	-	-	2.135	(2.135)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2004	12.665	154	733	209	2.135	-	15.896
Ajuste de exercício anterior (vide nota explicativa nº 19)	-	-	-	-	-	(389)	(389)
Aumento de Capital conforme AGE de 14 de dezembro de 2005	12.000	-	-	-	-	-	12.000
Incentivo Fiscal - Laudo constitutivo nº 0094/2004 - ADENE	-	-	1.213	-	-	-	1.213
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	4.935	4.935
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício:							
Reserva legal	-	-	-	227	-	(227)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	(1.080)	(1.080)
Retenção de lucros	-	-	-	-	3.239	(3.239)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2005	24.665	154	1.946	436	5.374	-	32.575

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os exercícios
findos em 31 de dezembro de 2005 e 2004**
(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Companhia Energética da Borborema – CELB é uma concessionária de serviços públicos de energia elétrica que atua nos municípios de Campina Grande, Lagoa Seca, Queimadas, Fagundes, Massaranduba e Boa Vista, no Estado da Paraíba atendendo a 139.244 consumidores (informação não auditada pelos auditores independentes).

A CELB teve o seu controle acionário (84,92% do capital votante e 75,26% do capital total) adquirido pela Pbpert Ltda., empresa de propósito específico, controlada da Empresa Energética de Sergipe S/A – Energipe, em leilão público realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro em 30 de novembro de 1999.

A CELB apresentava o capital circulante líquido negativo em 31 de dezembro de 2005 de R\$5.288 (R\$13.150 em 2004). Objetivando o reequilíbrio financeiro, a CELB vêm buscando o alongamento de dívidas bancárias, bem como a redução no custo financeiro.

Como parte deste processo, em julho de 2005, efetivou-se a liquidação financeira da venda dos direitos de crédito das empresas do Sistema Cataguazes-Leopoldina CFLCL, CENF, Energipe, CELB e Saelpa para a primeira série do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Sistema Cataguazes-Leopoldina (FIDC Sistema Cataguazes-Leopoldina), no valor total de R\$210.000, dos quais R\$15.000 pela CELB. Além disso, em 12 de agosto de 2005, a CFLCL, Energipe, CELB e Saelpa captaram mediante Cédula de Crédito Bancário – CCB o montante de R\$130.000, dos quais R\$6.871 pela CELB.

Não obstante a essa evolução favorável, a Administração está empenhada na melhoria da estrutura de capital da Companhia, buscando instrumentos que permitam reduzir ainda mais os custos das dívidas de curto prazo e, conseqüentemente, proporcionar um alongamento natural do seu perfil, o que, juntamente com a geração de lucros, previstos nos orçamentos e projeções internas, deverão ser suficientes para adequar a sua liquidez, reduzindo, substancialmente, as necessidades de refinanciamentos dos passivos.

Adicionalmente, a Standard & Poor's – consultoria de análise de risco – atribuiu o rating "brAAf", em sua Escala Nacional Brasil, ao FIDC Sistema Cataguazes-Leopoldina. O rating de qualidade de crédito "brAAf" indica que os títulos do Fundo são fortemente protegidos contra perdas geradas por inadimplência. Essa classificação da Standard & Poor's baseia-se em análises de fatores, como a qualidade geral de crédito da carteira, além dos riscos relacionados às taxas de juros, à qualidade de crédito e à liquidez apresentada pelo fundo.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas aplicáveis às concessionárias de Serviços Públicos de Energia Elétrica, estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, preponderantemente o “Manual de Contabilidade de Serviço Público de Energia Elétrica”.

3 Sumário das principais práticas contábeis

a) As aplicações no mercado aberto estão representadas por aplicações em fundos de curto prazo e certificados de depósitos bancários que estão registrados pelos valores atualizados na data do balanço;

b) Consumidores e concessionárias engloba o fornecimento de energia faturada e não faturada por estimativa, até o encerramento do balanço, reconhecidas pelo regime de competência;

c) A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face a eventuais perdas na realização dos créditos e levando em conta as instruções da ANEEL;

d) Os estoques estão valorizados ao custo médio de aquisição, que não excede o seu valor de mercado;

e) Os investimentos estão contabilizados ao custo, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995;

f) O imobilizado está demonstrado ao custo, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. As adições, a partir desta data, estão contabilizadas ao custo. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base no prazo de vida útil estimado dos bens, conforme descrito à nota nº 14 e são debitadas ao resultado do exercício ou ao custo das imobilizações em curso;

g) Os juros e demais encargos financeiros e efeitos inflacionários, relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, foram capitalizados e estão registrados neste subgrupo como custo. A CELB optou por não mais capitalizar os juros sobre os investimentos em imobilizado em curso financiados com recursos próprios a partir de 1999;

h) O diferido está representado basicamente, pelo custo de aquisição de software de manutenção de sistema corporativo. A amortização está sendo realizada pelo prazo de 5 anos;

i) Os empréstimos e financiamentos estão atualizados pelas taxas contratuais na data de encerramento dos exercícios;

j) O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10%. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9%. Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos foram constituídos em conformidade com a Instrução CVM nº 371/02.

k) As contingências passivas estão provisionadas por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis;

l) As receitas e despesas são reconhecidas no resultado do exercício pelo regime de competência;

m) Os custos associados ao plano de complementação de aposentadoria e pensão são reconhecidos pelo regime de competência, conforme Deliberação CVM nº 371/00;

n) Os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço;

o) A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da CELB se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da compra e venda de energia elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, Provisão para Contingências e para o Plano de Suplementação de Aposentadoria e Pensões.

4 Consumidores e concessionárias

Classes de consumidores	Saldos vincendos	Vencidos					Total	
		até 30 dias	de 31 a 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 360 dias	Há mais de 360 dias	2005	2004
Residencial	1.703	1.389	317	107	12	1	3.529	3.409
Industrial	2.766	159	63	54	203	1.209	4.454	7.091
Comércio, serviços e outras atividades	1.355	528	245	194	306	26	2.654	2.570
Rural	220	100	35	17	21	3	396	482
Poder público:								
Federal	225	167	9	12	12	54	479	1.068
Estadual	198	147	8	11	11	48	423	941
Municipal	54	40	2	3	3	13	115	253
Iluminação pública	376	317				110	803	796
Serviço público	141	-	264	253	-	-	658	243
Subtotal – consumidores	7.038	2.847	943	651	568	1.464	13.511	16.853
Concessionárias							46	2
Fornecimento não faturado							2.858	2.574
Outros							202	319
Total	7.038	2.847	943	651	568	1.464	16.617	19.748

A Companhia constituiu provisão para devedores duvidosos dos saldos vencidos, conforme critérios técnicos estabelecidos pela ANEEL.

As operações de compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, montam em R\$43 correspondente ao saldo relativo a venda de energia em 2005, contra uma aquisição em 2004 da ordem de R\$62, relativo ao período de setembro de 2000 a dezembro de 2005. Esses saldos foram apurados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE.

A composição financeira desses valores, incluindo os saldos registrados no passivo circulante de R\$22 (R\$5 em 2004), referentes aos encargos de serviços do sistema, está demonstrada a seguir:

Composição dos valores com a CCEE	2005	2004
Saldos a vencer	31	-
Parcela em negociação	12	-
	43	-
(-) Aquisições de energia na CCEE (*)	-	(62)
(-) Encargos de serviços do sistema (*)	(22)	(5)
Total	21	(67)

(*) Contabilizado na rubrica fornecedores

5 Revisão tarifária periódica

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 13, de 31 de janeiro de 2005, fixou o resultado final da primeira revisão tarifária periódica da CELB em 9,30%, com um fator Xe de 0,5432%, aplicáveis a partir de 04 de fevereiro de 2005.

6 Recomposição tarifária extraordinária - RTE

Com base nas disposições contidas na Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, na Resolução nº 91, da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica - GCE, de 21 de dezembro de 2001, e na Resolução ANEEL nº 31, de 24 de janeiro de 2002, foi instituída a recomposição tarifária extraordinária que está sendo efetivada por meio da aplicação de reajustes às tarifas de energia elétrica vigentes em 31 de dezembro de 2001, assim reconhecidas pela ANEEL:

- a) 2,9% para os clientes residenciais e rurais (exceto baixa renda).
- b) 7,9% para os demais clientes.

A referida recomposição visa o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão e foi implementada para suprir as perdas observadas em decorrência do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica, durante o período compreendido entre 1º de junho de 2001 a 28 de fevereiro de 2002, a saber:

- a) Redução do consumo de energia elétrica do programa de racionamento no período (perda de receita);
- b) Conta de Compensação de Variação de Itens da Parcela A; e
- c) Energia Livre – energia contratada pelos geradores para atender o período do Programa Emergencial. Conforme Resolução ANEEL nº 36 de 29 de janeiro de 2003, alterada pela Resolução ANEEL nº 89 de 25 de fevereiro de 2003, esses valores estão sendo repassados aos geradores desde março de 2003.

Os itens constantes do Acordo Geral do Setor Elétrico vinham sendo remunerados com base na variação da taxa SELIC – Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia, (BACEN), acrescida de juros de 1% a.a. Em 20 de dezembro de 2005, a ANEEL, através do Ofício Circular 2.212, estabeleceu os seguintes procedimentos para o cálculo da remuneração:

- Perda de Receita – para as concessionárias que obtiveram financiamentos junto ao BNDES - taxa SELIC, acrescida de juros de 1% a.a., aplicada sobre os 90% dos valores homologados pela ANEEL; e taxa SELIC aplicada sobre os 10% não financiado;
- Energia Livre - para as Geradoras que obtiveram financiamentos junto ao BNDES, procedimento idêntico ao aplicado para Perda de Receita e para as Geradoras que não obtiveram financiamento taxa SELIC;
- “ Parcela A”- a remuneração deverá ser apropriada utilizando a taxa SELIC.

Através das Resoluções nº 480, 481, 482 e 483 de agosto de 2002 e da Resolução nº 1 de 12 de janeiro de 2004 da ANEEL, os valores homologados relativos à recomposição tarifária extraordinária, energia livre e parcela A, estão demonstrados a seguir:

	Perda de receita	Energia livre	Parcela A	Total
Resoluções nº	480/02,481/02 e 1/04	1/04 e 45/04	482/02 e 1/04	
Valor homologado	14.962	5.872	1.020	21.854
Remunerações acumuladas	8.621	2.380	774	11.775
Amortizações acumuladas	(7.868)	(1.899)	-	(9.767)
Provisão para perdas	(1.571)	(632)	-	(2.203)
Saldos em 31/12/2004	14.144	5.721	1.794	21.659
Remunerações no ano	2.877	1.482	342	4.701
Amortizações no ano	(2.966)	(1.160)	-	(4.126)
Provisão para perdas	(5.021)	(2.082)	-	(7.103)
Saldos em 31/12/2005	9.034	3.961	2.136	15.131
Parcela de curto prazo	5.682	2.427	-	8.109
Parcela de longo prazo	3.352	1.534	2.136	7.022

A Resolução ANEEL nº 1 de 12 de janeiro de 2004, estabeleceu a vigência do reajuste tarifário extraordinário – RTE nas tarifas de fornecimento de energia elétrica das concessionárias de distribuição de energia elétrica, para recomposição de perdas de receita e energia livre, pelo prazo máximo de 81 meses a partir de janeiro de 2002.

As projeções de faturamento da Companhia indicam que o prazo máximo estipulado pela ANEEL, será insuficiente para a realização da Recuperação Tarifária e Energia Livre na sua plenitude. Diante disso, a Administração da Companhia optou por efetuar uma provisão de perdas da RTE no montante de R\$7.103 (R\$2.203 em 2004) em contrapartida de outras despesas operacionais R\$5.021 (R\$1.571 em 2004) e de baixa de obrigações com fornecedores de energia livre no exigível a longo prazo, no valor de R\$2.082 (R\$632 em 2004).

Em 30 de março de 2006 a ANEEL realizará audiência pública visando a regulamentação dos procedimentos de cobrança da RTE dos consumidores livres o

que representaria maior recebimento de RTE e por conseqüência a Companhia estará revendo aquela provisão constituída após a regulamentação pela ANEEL.

A Resolução ANEEL nº 1 de 12 de janeiro de 2004, além de determinar os prazos para a recomposição da perda de receita e energia livre, homologou o montante da "Parcela A" e a recuperação dos valores desta se dará pelo mecanismo equivalente da RTE, sem considerar a limitação dos prazos acima citados.

7 Programa Emergencial - Racionamento

As despesas incorridas para implementação do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica, ocorrido em 2001 e 2002, foram homologados pela ANEEL, e estão sendo ressarcidos a partir do exercício de 2003, quando dos reajustes tarifários anuais. Em 31 de dezembro de 2005 o saldo a ser ressarcido é de R\$15 (R\$695 em 2004).

8 Subvenções a receber – baixa renda

A Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, estabeleceu as diretrizes para enquadramento na subclasse residencial baixa renda, da unidade consumidora com consumo mensal inferior a 80kWh, tendo o Decreto nº 4.336, de 15 de agosto de 2002, ampliado a regulamentação de enquadramento, para unidades consumidoras com consumo mensal entre 80 e 220 kWh, desde que cumpridos certos requisitos.

Em decorrência de nova classificação, a CELB procedeu ao levantamento das perdas de receita, tendo sido apurado o montante de R\$17.390 (R\$11.398 em 2004), tendo a Eletrobrás já ressarcido a concessionária R\$16.400 (R\$11.169 em 2004). Esta receita será custeada com recursos financeiros oriundos da RGR – Reserva Global de Reversão e da CDE – Conta de Desenvolvimento Energético.

Em 31 de dezembro de 2005, o saldo a receber líquido referente à subvenção de consumidores baixa renda totaliza R\$990 (R\$229 em 2004), estando registrados no balanço patrimonial na rubrica "Outros créditos", no Ativo Circulante.

9 Títulos de créditos a receber

A CELB e a Saelpa assinaram no final do exercício de 2005, convênio para compensação de débitos e créditos recíprocos com o Estado da Paraíba e os municípios paraibanos.

A CELB possuía créditos de contas de energia que se encontravam vencidas no montante de R\$2.677 (R\$223 do Governo do Estado e R\$2.454 das Prefeituras), por outro lado era devedora de parcelamento de ICMS no valor de R\$1.014.

Como parte do referido convênio, os municípios aplicaram sua cota parte, correspondente a 25% da liquidação do ICMS, de R\$3.336, CELB R\$233 e Saelpa R\$3.103 na quitação de débitos de contas de energia que se encontravam vencidas. Assim sendo, a CELB passou a ter contas a pagar com os municípios no montante de R\$882, que se encontra registrado na rubrica "outras contas a pagar", no passivo

circulante e será amortizado em 12 parcelas mensais e consecutivas de R\$74.

O saldo remanescente do parcelamento de ICMS no valor de R\$558, resultante das deduções das contas de energia elétrica do Estado que se encontravam vencidas, no montante de R\$223 e da quota parte do ICMS dos municípios da ordem R\$233, foi transferido para a Saelpa e liquidado no convênio de compensação de débitos e créditos recíprocos junto ao Estado da Paraíba.

Em face das operações de liquidação dos débitos, a CELB reverteu no exercício provisão para crédito de liquidação duvidosa, no montante de R\$1.337.

10 Impostos a recuperar

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
.Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS	1.511	1.157
.Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	560	363
.Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	660	184
.Contribuição Social sobre o Lucro – CSSL	593	367
.Programa de Integração Social – PIS	243	156
.Contribuição para a Seguridade Social – Cofins	1.432	818
.Outros	15	18
	<u>5.014</u>	<u>3.063</u>
.Parcela de curto prazo	3.551	2.230
.Parcela de longo prazo	1.463	833

11 Despesas pagas antecipadamente

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Efeitos regulatórios do Pis e Cofins (1)		
.PIS (dezembro de 2002 a dezembro de 2004)	574	266
.COFINS (fevereiro de 2004 a dezembro de 2004)	2.644	883
Prêmios de seguros	106	209
Conta de compensação dos custos da parcela A - CVA	4.212	2.704
Proinfra (2)	55	-
Outros	610	380
	<u>8.201</u>	<u>4.442</u>
Parcela de curto prazo	4.554	2.932
Parcela de longo prazo	3.647	1.510

(1) PIS/COFINS

Em conformidade com o Contrato de Concessão e o disposto no parágrafo 3º, do artigo 9º da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que assegura o direito à recomposição tarifária pelo aumento da carga tributária, a Companhia Energética da Borborema - CELB procedeu ao reconhecimento dos valores apurados em consequência da mudança do critério de tributação para não cumulatividade, conforme Lei 10.637 do PIS, de 30/12/2002 e Lei 10.833 do COFINS, de 29/12/2003.

Como fato superveniente, através da Nota Técnica nº 24-SRE/ANEEL, de 18 de janeiro de 2006 e da Nota Técnica Complementar nº 44-SRE/ANEEL, de 1º de fevereiro de 2006, a ANEEL homologou, em caráter provisório parte das diferenças sem cobertura tarifária do período de outubro de 2004 a novembro de 2005, para o PIS, no montante de R\$ 176 e do período de outubro de 2004 a novembro de 2005,

para a COFINS, no montante de R\$795 que serão recuperadas entre fevereiro de 2006 e janeiro de 2007. Os valores remanescentes serão recuperados nos próximos eventos tarifários.

A partir de 04 de fevereiro de 2006, a CELB efetuou a exclusão dos tributos do PIS/COFINS do cálculo das tarifas de energia elétrica e passou a efetuar a cobrança aos consumidores separadamente, conforme Resolução Homologatória nº 275 de 30 de janeiro de 2006.

(2) Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA

A Lei 10.438/2002, art. 3º, instituiu o PROINFA, com o objetivo de aumentar a participação da energia elétrica produzida por empreendimentos de Produtores Independentes Autônomos, concebidos com base em fontes eólica, pequenas centrais hidrelétricas e biomassa, no Sistema Elétrico Interligado Nacional - SIN.

Os custos concernentes à aquisição da energia gerada pelo PROINFA incorridos pela ELETROBRÁS, inclusive os custos administrativos, financeiros e os decorrentes de encargos tributários, serão rateados por todas as classes de consumidores finais atendidos pelo SIN, exclusive os integrantes da Subclasse Residencial Baixa Renda cujo consumo seja igual ou inferior a 80 Kwh/mês.

Cabe aos agentes do SIN que comercializem energia com o consumidor final e/ou recolhem Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão – TUST ou Distribuição – TUSD, relativas a consumidores livres, recolher à ELETROBRÁS, para crédito do PROINFA, o valor da quota anual, em duodécimos, fixada pela ANEEL.

Os procedimentos para o rateio dos custos do Programa, bem como para a alocação da respectiva energia aos agentes quotistas, constam no Decreto nº 5.025, de 30 de março de 2004.

12 Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa do exercício de 2005 e 2004, calculadas pela aplicação das alíquotas fiscais vigentes de imposto de renda e contribuição social, é demonstrada como segue:

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	7.965	5.082
Despesa de imposto de renda e da contribuição social calculados à alíquota efetiva	(2.708)	(1.728)
Ajustes:		
Itens permanentes	(107)	(74)
Outros	141	(33)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(2.674)</u>	<u>(1.835)</u>
<u>Crédito tributário reconhecido no balanço</u>	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Prejuízos fiscais	2.628	3.362
Base negativa de contribuição social	1.339	1.589
Diferenças temporárias:		
Imposto de renda	4.555	4.515
Contribuição social	1.567	1.553
Total	<u>10.089</u>	<u>11.019</u>
Parcela de curto prazo	1.085	-
Parcela de longo prazo	9.004	11.019

Em atendimento às disposições contidas na Instrução CVM nº 371/2002, estima-se que as realizações dos créditos fiscais da CELB ocorrerão como segue:

<u>Período</u>	<u>Realização dos créditos fiscais</u>
2006	1.085
2007	1.176
2008	1.091
2009	1.372
2010	1.456
2011	1.459
2012	1.474
2013	623
2014	353
Total	10.089

13 Transações com partes relacionadas:

	Energipe S/A	Saelpa	Cia. Força e Luz Cataguazes-Leopoldina	PbPart Ltda	Total	
					2005	2004
Saldos:						
Adiantamentos e empréstimos a receber	9.135	2.679	-	9.618	21.432	12.157
Transações:						
.Serviços contratados	-	-	(756)	-	(756)	(710)
.Aluguel	-	-	(48)	-	(48)	(128)
.Energia elétrica comprada	-	(217)	-	-	(217)	(384)
.Receita financeira	2.167	1.860	-	-	4.027	2.008

As transações de adiantamentos e empréstimos são remuneradas pela taxa média de captação junto a terceiros. No exercício, a taxa de captação foi em média de CDI + 4% a.a.

Os valores de venda de energia estão suportados por contratos de compra e venda de energia que foram submetidos à aprovação do Poder Concedente.

Os preços praticados dos serviços contratados, referentes às áreas administrativas e apoio, levam em conta a recuperação dos custos efetivamente incorridos, acrescidos de um resultado líquido de impostos da ordem de 10%.

Essas operações foram realizadas em condições usualmente praticadas no mercado e estão amparadas por contratos de longo prazo submetidos à aprovação da ANEEL.

14 Imobilizado

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Imobilizado em serviço		
Custo:		
Distribuição		
. Linhas, redes e subestações	57.975	53.446
Comercialização	654	657
Administração	3.318	3.130
	<u>61.947</u>	<u>57.233</u>
(-) Depreciação Acumulada		
Distribuição		
. Linhas, redes e subestações	(22.492)	(21.427)
Comercialização	(256)	(214)
Administração	(2.409)	(2.188)
	<u>(25.157)</u>	<u>(23.829)</u>
Imobilizado em curso		
Distribuição		
. Linhas, redes e subestações	5.159	2.820
Administração	3	214
	<u>5.162</u>	<u>3.034</u>
Subtotal	<u>41.952</u>	<u>36.438</u>
Contribuições de consumidores	(10.142)	(10.126)
Subvenção da União – recursos CDE	(1.717)	(572)
Reserva para reversão	(11)	(11)
Obrigações vinculadas à concessão	(11.870)	(10.709)
Total	<u><u>30.082</u></u>	<u><u>25.729</u></u>

Os bens e instalações utilizados na transmissão, distribuição, inclusive comercialização são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/1999, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando, ainda, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, até a definitiva aplicação na concessão.

As obrigações vinculadas à concessão (contribuições do consumidor), representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão da CELB.

A Subvenção da União – recursos CDE, são provenientes da conta de desenvolvimento energético – CDE e estão destinadas ao Programa Luz para Todos.

A reserva para reversão, constituída até 31 de dezembro de 1971, representa o montante de recursos provenientes do fundo de reversão, incidindo juros de 5 % a.a. pagos mensalmente.

As taxas médias anuais de depreciação são as seguintes:

	Percentuais	
	2005	2004
Distribuição	4,75	4,92
Comercialização	6,14	5,20
Administração e outros	7,26	5,80

Durante o exercício de 2005 a Companhia efetuou a transferência de encargos financeiros para o Imobilizado em curso, conforme abaixo:

	Distribuição	
	2005	2004
Encargos financeiros contabilizados no resultado	10.843	6.880
(-) transferência para o imobilizado em curso	(357)	(242)
Efeito líquido no resultado	10.486	6.638

Programa Nacional de Universalização e Luz Para Todos

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através da Resolução nº 223 de 29 de abril de 2003, alterada pela Resolução nº 52 de 25 de março de 2004, estabeleceu as condições gerais para elaboração dos Planos de Universalização de Energia Elétrica visando ao atendimento de novas ligações para o fornecimento de energia elétrica a unidades consumidoras ainda não atendidas. Tal atendimento foi regulamentado pelos artigos 14 e 15 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, que fixou as responsabilidades das concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica. A Lei nº 10.762, de 11 de novembro de 2003 alterou, então, a prioridade de atendimento aos municípios menores índices de desenvolvimento humano (IDH) e de eletrificação, tendo limitado a responsabilidade das concessionárias, nesses atendimentos, a apenas novas unidades, ligadas em baixa tensão (inferior a 2,3 kV), com carga instalada de até 50 kW.

A CELB que atende aos municípios de Campina Grande, Lagoa Seca, Queimadas, Fagundes, Massaranduba e Boa Vista no Estado da Paraíba, submeteu em setembro de 2003, à ANEEL, o respectivo Plano de Universalização de Energia Elétrica que foi implementado no período compreendido entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2004. O plano para atendimento ao período compreendido entre 2005 e 2008 foi apresentado em 15 de setembro de 2004 e aqueles relativos ao atendimento às unidades previstas para períodos subsequentes foram apresentados em 31 de março de 2005.

A ANEEL, através da Superintendência de Regulação da Comercialização da Eletricidade, publicou, em 25 de junho de 2004, a Nota Técnica 043/2004 aprovando o Plano de Universalização da CELB.

Com o Decreto Presidencial nº 4.873, de 11 de novembro de 2003, o Governo Federal instituiu, sob a coordenação do Ministério de Minas e Energia – MME a ser operacionalizado com a participação das Centrais Elétricas Brasileiras S/A – ELETROBRÁS e das empresas que compõem o sistema ELETROBRÁS, o Programa “LUZ PARA TODOS” - PLT, destinado a propiciar, até o ano 2008, o atendimento com energia elétrica à toda a parcela da população do meio rural brasileiro que ainda não tem acesso a esse serviço. De acordo com art. 2º do citado Decreto, os recursos

necessários para o custeio do Programa serão oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, instituída como subvenção econômica pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, da Reserva Global de Reversão RGR, instituída pela Lei nº 5.655, de 20 de maio de 1971, de agentes do setor elétrico, da participação dos Estados, Municípios e outros destinados ao Programa. A Portaria Ministerial nº 38, emitida em 9 de março de 2004, publicou o Manual de Operacionalização do PLT, tendo sido revogada pela Portaria nº 447, de 31 de dezembro de 2004, que aprovou a revisão do citado Manual de Operacionalização, o qual estabelece os critérios técnicos, financeiros, procedimentos e prioridades que serão aplicados no referido Programa.

Foi necessário, então, compatibilizar o Plano, de forma a atender a todas as unidades existentes no meio urbano e rural, tendo em vista existirem, nos citados documentos legais, diferenças de critérios para priorização das unidades a serem atendidas, cuja normatização se deu com a publicação da Resolução Normativa nº 175, de 28 de novembro de 2005.

Em 2004, a CELB assinou Termo de Compromisso com o Ministério de Minas e Energia - MME e com o respectivo Governo Estadual, com a interveniência da ANEEL e da ELETROBRÁS, para o estabelecimento das premissas relativas à implantação do Programa LUZ PARA TODOS, no que tange à origem dos Recursos Financeiros e Metas, cujos percentuais de participação, anos de conclusão dos planos, valores a serem investidos e quantidade de consumidores a serem atendidos encontram-se abaixo:

Agentes	%
Governo Estadual	20
Governo Federal-CDE	55
Distribuidora – RGR	10
Distribuidora – próprios	15
Ano de Conclusão	2006
R\$ milhões a investir	4,9
Consumidores a atender	1.349

No que diz respeito à universalização urbana, o prazo para atendimento é mais dilatado que o previsto para a universalização rural, como destacado abaixo, sendo que os recursos a serem aplicados para o meio urbano serão, na sua totalidade, de responsabilidade da distribuidora, cujos valores aproximados, bem como o número de consumidores a serem atendidos, são:

Ano de Conclusão	2006
R\$ milhões a investir	0,2
Consumidores a atender	337

Pelos números apresentados, verifica-se que a empresa terá seu mercado aumentado com a ligação dos consumidores contemplados pelo respectivo Plano de Universalização, ressaltando-se que, além desse, estarão sendo conectados ao sistema da distribuidora aqueles oriundos do crescimento vegetativo, já que os indicados compõe o déficit atual.

Em resumo, serão investidos R\$5,1 milhões pela CELB, no período de 2004 a 2006 visando à universalização dos serviços de energia elétrica na área de concessão, com

acréscimo de 1.686 novos consumidores ao mercado da CELB.

A Administração tem plena ciência do desafio que será a implantação desse Programa, no qual serão aplicados valores nos investimentos da Companhia, considerando os que estarão sendo investidos na ampliação do sistema para atender ao crescimento vegetativo, no acréscimo da capacidade instalada e na manutenção das instalações existentes. Entretanto, sabem, também, que tais investimentos contribuirão, em muito, para eliminar perdas de energia existentes atualmente, bem como para minimizar diferenças regionais, além de ampliar o mercado consumidor, evitando o êxodo rural para as grandes cidades, como também impactando, com reflexos diretos, as potencialidades de crescimento do Estado da Paraíba.

A Companhia efetuou aplicação no Programa “LUZ PARA TODOS” de R\$2.659, tendo já recebido recursos de R\$2.029. A Eletrobrás e o Governo da Paraíba deverão repassar para a Companhia R\$231 referente às participações daqueles Agentes no Programa, cujos montantes ainda não foram liquidados.

15 Diferido

	2005	2004
Custo de Aquisição de Softwares	2.279	1.955
Amortização acumulada	(1.271)	(914)
Total	<u>1.008</u>	<u>1.041</u>

16 Fornecedores

	2005	2004
CIRCULANTE		
Suprimento:		
CHESF	1.630	5.893
Contratos Bilaterais	2.793	2.781
Energia Livre	2.683	1.793
Uso do sistema de distribuição (CUSD)	886	1.025
Materiais e serviços	1.060	1.421
Outros	-	62
	<u>9.052</u>	<u>12.975</u>
LONGO PRAZO		
Suprimento:		
Parcela Compensatória	225	290
Energia livre	4.696	4.932
Provisão constituída (*)	(2.714)	(632)
	<u>2.207</u>	<u>4.590</u>
TOTAL	<u>11.259</u>	<u>17.565</u>

(*) Vide nota explicativa nº 6

17 Empréstimos e financiamentos

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
<u>Em moeda nacional:</u>		
Com juros de 5% à 8% a.a. e atualização monetária com base na variação da taxa Finel, RGR (Eletrobrás)	350	148
Com juros de até 5% a.a. acima da taxa CDI (Itaú BBA, Unibanco)	6.707	-
Com juros de 1% a.a. e atualização monetária com base na variação da Taxa Selic (BNDES)	9.440	10.617
Com juros de 14% a.a. (Banco do Nordeste)	2.620	-
Com atualização de 109% da taxa CDI (FIDC)	15.229	-
Com juros de até 5,1% a 10,69% a.a. acima da taxa CDI (Banco Bradesco, Brascan, Santos, Nordeste, Pine, BVA e Mercantil)	16.976	14.306
<u>Em moeda estrangeira:</u>		
Com juros de 9,44% a.a. mais variação cambial (Unibanco)	4.879	7.744
Total	<u>56.201</u>	<u>32.815</u>
Parcela de curto prazo	25.969	17.822
Parcela de longo prazo	30.232	14.993

Os financiamentos obtidos junto a Eletrobrás e às instituições financeiras estão garantidos por parcelas da receita até o valor do financiamento.

Os principais indicadores utilizados para a atualização de empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais no ano:

<u>Moeda/indicadores</u>	<u>2005</u>	<u>2004</u>
US\$ x R\$	-11,84%	-8,13%
SELIC	19,04%	16,25%
Finel	0,24%	2,38%
CDI	18,99%	16,17%

Os financiamentos de longo prazo têm seus vencimentos assim programados:

	<u>2005</u>
2007	15.768
2008	10.155
2009	4.079
2010	37
2011	37
Após 2011	156
	<u>30.232</u>

18 Parcelamento de impostos

Em 31 de julho de 2003, a CELB aderiu ao Parcelamento Especial – PAES, instituído pela Lei 10.684 de 30 de maio de 2003, que possibilitou o parcelamento de débitos vencidos até 28 de fevereiro de 2003, junto a Secretaria da Receita Federal, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS em até 180 parcelas. A CELB liquidou o parcelamento de ICMS com o Estado da Paraíba, conforme nota nº 9.

Em 31 de dezembro, a liquidação desses débitos está assim programada:

Ano	2005	2004
2005	-	891
2006	1.385	891
2007	1.358	891
2008	1.358	891
2009	1.197	891
Após 2009	1.850	1.613
Total	7.148	6.068
Parcela de curto prazo	1.477	891
Parcela de longo prazo	5.671	5.177

19 Patrimônio líquido

19.1 Capital social

O capital social, subscrito e integralizado, está representado por 165.868 ações ordinárias e 56.379 ações preferenciais, todas sem valor nominal. As ações preferenciais não têm direito a voto e têm prioridade no reembolso do capital, no caso de liquidação da Companhia e na distribuição de dividendos fixos de 10% ao ano.

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 14 de dezembro de 2005, foi subscrito e aprovado o aumento do capital social no valor de R\$12.000, através de capitalização de adiantamento para futuro aumento de capital "AFAC", integralizado pela acionista controladora Pbpert Ltda., passando o capital social de R\$12.665 para R\$24.665, mediante a emissão de 71.351 novas ações ordinárias nominativas e 24.252 novas ações preferenciais sem valor nominal.

19.2 Redução de imposto de renda

Constituída com a redução do valor de imposto de renda e adicionais no montante de R\$1.213 (R\$733 em 2004).

A CELB por atuar no setor de infra-estrutura na região Nordeste, obteve a redução do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 551, § 3º, do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999.

Esta redução foi aprovada através do Laudo Constitutivo nºs 094/2004 – ADENE emitido em 31/03/2004.

A CELB obteve direito a redução de 75% do imposto de renda calculado sobre o lucro de exploração, para o período de 2003 a 2012.

19.3 Ajuste de exercícios anteriores

A ANEEL através da Resolução 176, de 28 de novembro de 2005, estabeleceu novos critérios e procedimentos para contabilização dos custos com Pesquisa & Desenvolvimento (Programa de Eficiência Energética – PEE, Pesquisa & Desenvolvimento – P&D e Empresa de Pesquisa Energética – EPE), anteriormente registrado pelo regime de caixa devam passar a ser reconhecidos pelo de competência.

O IBRACON através do Comunicado Técnico de 03/06, concluiu que os custos de exercícios anteriores seriam levados a débito da conta de lucros acumulados. A Companhia contabilizou em 31 de dezembro de 2005, o montante de R\$389, líquido de impostos.

19.4 Dividendos

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Os dividendos obrigatórios no encerramento do exercício foram calculados como se segue:

	2005	2004
Lucro líquido do exercício	4.935	2.996
Ajuste exercícios anteriores	(389)	-
Reserva legal	(227)	(150)
Lucro líquido ajustado	<u>4.319</u>	<u>2.846</u>
Dividendos obrigatórios (25%)	1.080	711
Ações ordinárias (R\$2,737121 por ação em 2005 e R\$4,12840 em 2004)	454	390
Ações preferenciais (R\$11,097836 por ação em 2005 e R\$10,0002 em 2004)	<u>626</u>	<u>321</u>

19.5 Retenção de lucros

No exercício, a administração propõe retenção de lucros da ordem de R\$3.239, para fins de aplicação nos investimentos, apresentados em orçamento de capital a ser aprovado em Assembléia Geral.

20 Fornecimento de energia elétrica

	Não auditado					
	Nº de consumidores		MWh		R\$	
	2005	2004	2005	2004	2005	2004
Residencial	115.920	112.521	128.865	121.322	44.639	36.861
Industrial	342	353	214.497	296.681	30.632	36.813
Comercial	9.712	9.694	72.372	70.201	23.167	19.758
Rural	12.273	11.802	15.230	13.185	2.534	2.044
Poder público:						
. Federal	73	71	9.819	8.495	3.246	2.543
. Estadual	184	179	3.821	3.303	1.262	952
. Municipal	667	645	2.996	2.592	992	722
Iluminação pública	30	28	21.611	21.505	4.410	3.813
Serviço público	37	38	7.282	6.593	1.492	1.196
Consumo próprio	5	2	333	262	-	-
Subtotal	139.243	135.333	476.826	544.139	112.374	104.702
Suprimento de energia elétrica	1	1	13.691	7.613	360	1.696
Disponib. do sist. de transm. e de distribuição	-	-	-	-	2.714	-
Fornecimento não faturado (líquido)	-	-	238	(835)	283	263
Outras receitas	-	-	-	-	1.547	836
Total	139.244	135.334	490.755	550.917	117.278	107.497

O fornecimento de energia elétrica apresentado acima, inclui ICMS no montante de R\$23.731 (R\$16.365 em 2004).

21 Despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na Demonstração do Resultado do Exercício, possuem a seguinte composição por natureza de gastos:

Natureza do gasto	Custo dos Serviços			Despesas operacionais		Total	
	Com Energia	De operação	Prestado a terceiros	Com vendas	Gerais e administrativas	2005	2004
Energia elétrica comprada para revenda	37.810	-	-	-	-	37.810	35.362
Encargo de uso-sist. de trans. e distrib.	8.681	-	-	-	-	8.681	6.451
Pessoal e administradores	-	2.506	22	3.260	1.626	7.414	7.282
Entidade de previdência privada	-	-	-	-	133	133	130
Material	-	515	284	257	41	1.097	1.068
Serviços de terceiros	-	1.087	186	1.375	1.979	4.627	4.559
Depreciação e amortização	-	2.608	-	42	655	3.305	3.209
Provisão p/créd. liquidação duvidosa	-	-	-	3.248	-	3.248	1.683
Provisões para contingências	-	-	-	-	(977)	(977)	2.839
Conta de desenv. energético - CDE	-	923	-	-	-	923	720
Quota de CCC	-	3.915	-	-	-	3.915	4.656
Outras	-	1.119	15	49	998	2.181	3.195
Total	46.491	12.673	507	8.231	4.455	72.357	71.154

22 Remuneração dos administradores

No exercício a remuneração dos administradores monta em R\$1.387 (R\$1.166 em 2004).

23 Provisões para contingências

Contingência	2005			2004		
	Valor da Provisão		Depósitos	Valor da Provisão		Depósitos
	No exercício	Acumulada	Judiciais	No exercício	Acumulada	Judiciais
Longo prazo:						
Trabalhista	99	1.361	1.464	479	1.262	2.458
Cíveis	1.264	2.718	2.923	941	1.454	1.574
Fiscais	(2.034)	2.167	2.331	1.500	4.201	1.574
	(671)	6.246	6.718	2.920	6.917	5.606

No exercício de 2005, do montante de R\$671 de reversão de provisão, R\$306, está contabilizado a débito de "Outras despesas financeiras" e R\$977 a crédito de "Reversão de provisão para contingências".

Em 2004, do montante de R\$2.920 de acréscimo de provisão, R\$81, está contabilizado em "Outras despesas financeiras", R\$2.839 em "Provisão para contingências".

. Contingências trabalhistas

Durante o exercício de 2005, foi efetuada análise específica dos processos trabalhistas em andamento por assessoria jurídica independente e, em consequência disso, constatou-se a necessidade de provisão adicional para cobrir prováveis perdas. A maioria dessas ações tem por objeto pedidos de horas extras, equiparação salarial, FGTS e verbas contratuais/legais.

. Cíveis

Nos processos cíveis discute-se principalmente indenizações por danos morais/materiais e reclamações de consumidores, envolvendo débitos de energia. Há também ações judiciais de consumidores reivindicando o reembolso de valores pagos à Companhia resultantes da majoração de tarifas com base nas portarias do DNAEE nº 38 e nº 45, aplicadas durante a vigência do Plano Cruzado no ano de 1986, tendo sido constituída provisão pelo valor do diferencial pago à época.

. Fiscais

Refere-se basicamente a provisão de COFINS, sendo certo que, além desse tributo, as contingências fiscais da CELB envolvem discussões relacionadas, a PIS/PASEP, ISS, ICMS e CSLL.

A administração da Companhia, entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de nossos consultores jurídicos, foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de êxito foi estimada como remota para a Companhia.

Adicionalmente, existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento em um montante total de R\$867 (R\$1.822 em 2004), cuja probabilidade de êxito foi estimada como possível e, conseqüentemente não requer a constituição de provisão nas demonstrações financeiras.

ICMS de subvenções de baixa renda

O convênio Confaz 79/04, publicado no DOU de 30 de setembro de 2004, autoriza aos Estados da Paraíba, entre outros, a dispensar de multas e juros relativos ao ICMS sobre a subvenção econômica concedida aos consumidores enquadrados na subclasse residencial baixa renda do período de 31 de agosto de 2004. Baseado na opinião de seus consultores jurídicos, que classificam a causa como êxito possível, a Administração não constituiu provisão sobre essa contingência. Há que se ressaltar, que por prudência, a CELB passou a incidir o ICMS sobre a subvenção econômica dos consumidores baixa renda a partir do faturamento de dezembro de 2004. A Administração vem mantendo contato com o Governo Estadual visando à desobrigação do recolhimento do ICMS do período retroativo. Adicionalmente, o Secretário da Fazenda do Estado da Paraíba, pleiteou junto ao CONFAZ isenção de ICMS sobre a subvenção concedida aos consumidores de baixa renda. O valor do ICMS referente ao período de maio de 2002 a outubro de 2004 monta em R\$1.924.

24 Cobertura de seguros

A política de seguros da CELB baseia-se na contratação de seguros com coberturas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações.

As apólices de riscos nomeados e responsabilidade civil são contratadas em conjunto com as demais empresas do Sistema Cataguazes-Leopoldina, sendo o limite máximo de indenização os montantes constantes da cobertura securitária.

As principais coberturas são:

RAMOS	2005		
	DATA DE VENCIMENTO	COBERTURA SECURITÁRIA	PRÊMIO ANUAL
Riscos nomeados:			
Incêndio, Raio, Explosão, Danos Elétricos, Vendaval, Furacão, Fumaça, Tumulto e Riscos Diversos	23/10/2006	16.100	7
Responsabilidade Civil Geral .	23/10/2006	15.040	37
Automóveis - Danos Materiais e Corporais	23/10/2006	até R\$200 mil /veículo	16
Vida em Grupo - Morte e Acidentes Pessoais	1/12/2006	5.712	22
			82

25 Instrumentos financeiros

a - Considerações gerais

A utilização de instrumentos e de operações com derivativos envolvendo indexadores tem por objetivo tornar as operações de crédito menos onerosas e a proteção do resultado das operações ativas e passivas da Companhia.

A administração avalia que os riscos não são relevantes, pois não existe concentração de parte contrária, e as operações são realizadas com bancos de reconhecida solidez dentro de limites aprovados. Adicionalmente, a Companhia monitora regularmente as operações envolvendo derivativos, com vistas a otimizar os resultados.

b - Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Os valores contábeis referentes às operações com empresas do grupo constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos vinculados a projeto de eletrificação, obtidos em moeda nacional, junto a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. -

Eletróbrás, estão compatíveis com o valor de tais operações, já que operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro. A Companhia não têm financiamentos em moeda estrangeira vinculados aos seus projetos de eletrificação. Os demais valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, encontram-se registrados nas contas patrimoniais por valores compatíveis com os valores de mercado.

c - Fatores de risco

Crédito

Possibilidade de Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores, concessionárias e permissionárias. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora as contas a receber de consumidores, cortando o fornecimento, caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso de consumidores o risco de crédito é mínimo devido à grande pulverização da carteira.

Moeda estrangeira

Possibilidade de perdas por conta de aumento nas taxas de câmbio, que aumentem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira captados no mercado.

Taxas de Juros

No exercício de 2005, a Companhia visando assegurar que oscilações não afetem seus resultados e fluxo de caixa, possui operações de duplo indexador, que reflete "swap" cambial no valor nominal total contratado de 1,9 milhões de dólares, com encargos equivalentes a variação cambial menos juros de até 3% a.a. ou 98% do CDI, o que for maior. O Referido "swap" possui ponta ativa equivalente à variação do CDI, acrescido de "spread" de até 3,5% a.a. No exercício findo em 31 de dezembro de 2005 foi apurado um resultado negativo nas operações de "swap" cambial no montante de R\$52, contabilizado no resultado financeiro.

26 Plano de suplementação de aposentadoria e pensões

A CELB é patrocinadora de plano de benefícios previdenciários aos seus empregados, na modalidade de benefício definido. O plano de benefícios definido é avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, visando verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamento atuais e futuros.

Empresa	Plano Beneficiário	Contribuição anual		% s/folha de pagamento	Superávit atuarial	
		2005	2004		2005	2004
CELB	BB Previdência	142	130	3,40	1.090	837

O Superávit referente ao plano da CELB não foi registrado.

As reservas técnicas para fins de atendimento às normas estabelecidas pela SPC – Secretaria de Previdência Complementar, são determinadas por atuário da própria BB Previdência.

A seguir está demonstrada a posição atuarial dos passivos relacionados ao plano de aposentadoria, em 31 de dezembro de 2005 e 2004, de acordo com as regras estabelecidas pela NPC-26 do IBRACON, aprovada pela Deliberação 371/00 da CVM. O Método da Unidade de Crédito Projetada foi utilizado para apuração da obrigação atuarial:

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Valor presente das obrigações atuariais	(2.095)	(1.649)
Valor justo dos ativos do plano	3.493	3.100
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	1.398	1.451
Perdas não reconhecidos	(308)	(614)
Ativo Líquido	<u>1.090</u>	<u>837</u>

Demonstração das despesas para o exercício de 2006, segundo critérios da Deliberação 371/00 da CVM:

Custo do serviço corrente	167
Custo dos juros	230
Rendimento esperado do ativo do plano	(384)
Contribuições dos empregados	(92)
Despesas previstas para 2006	<u>(79)</u>

Demonstração da movimentação do passivo da patrocinadora líquido do exercício:

Ativo atuarial líquido no início do exercício	(837)
Despesas correntes	(115)
Contribuições da Companhia	(138)
Ativo atuarial líquido do final do exercício	<u>(1.090)</u>

Em 31 de dezembro de 2005 a demonstração do valor justo dos ativos é apresentada como segue:

Valor justo dos ativos no início do exercício	3.100
Benefícios pagos	(95)
Contribuições de participantes vertidas no ano	93
Contribuições da patrocinadora vertidas no ano	138
Rendimento efetivo dos ativos	257
Valor justo dos ativos	<u>3.493</u>

Demonstração do valor presente das obrigações:

Saldo no início do exercício	1.649
Benefícios pagos no ano	(95)
Juros sobre obrigação atuarial	181
Custo do serviço corrente (com juros)	146
Ganhos nas obrigações atuariais	214
Saldo no final do exercício	2.095

A seguir descrevemos as premissas utilizadas na avaliação atuarial:

Hipóteses Econômicas

Taxa de desconto atuarial	6% a.a.
Taxa de rendimento esperado dos ativos	11% a.a.
Reajuste do benefício	0% a.a.
Crescimento salarial	0,5% a.a.
Inflação projetada	5% a.a.

Hipóteses Demográficas

Tábua de mortalidade	UP-84
Tábua de mortalidade de inválidos	IAPC
Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas

A seguir apresentamos um resumo dos dados que foram utilizados para a avaliação atuarial dos planos de benefícios oferecidos pela CELB aos seus empregados:

Descrição

Participantes Ativos

Número	74
Idade Média	38,7
Tempo de participação (anos)	6,8
Salário de Participação Médio	R\$2.401

Participantes Assistidos

Número	5
Idade Média	59,40
Benefício Médio Mensal	R\$1.466

Pensionistas

Número de Pensionistas	3
Benefício Médio por Grupo Familiar	R\$238

27 Resultado não operacional

	2005	2004
Ganhos na desativação/alienação de bens e direitos	606	2.015
Prejuízo na desativação/alienação de bens e direitos	(306)	(280)
Outras receitas (despesas) não operacionais	503	(107)
Total	803	1.628

28 Contrato de concessão de distribuição

Em 4 de fevereiro de 2000, foi assinado o Contrato de Concessão nº 08/2000 - ANEEL, em que o Poder Concedente outorgou a concessão de distribuição de energia elétrica nos municípios de Campina Grande, Lagoa Seca, Queimadas, Fagundes, Massaranduba e Boa Vista, no Estado da Paraíba, pelo prazo de 30 anos, contados a partir da assinatura do referido contrato.

29 Resultado por atividade

A ANEEL através do Ofício Circular nº 2.306 – SFF/ANEEL, de 24/12/2004, dispensou a publicação de forma segregada das atividades de distribuição e comercialização, em face da ausência de definição da tarifa de transferência de receita da atividade de comercialização para a atividade de distribuição.

A CELB somente exerce as atividades de distribuição e comercialização de energia elétrica. Dessa forma a demonstração do resultado atende ao Ofício Circular nº 838/2000 da ANEEL.

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos
Acionistas e Administradores da
Companhia Energética da Borborema - CELB
Campina Grande - Paraíba

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Companhia Energética da Borborema - CELB, levantados em 31 de dezembro de 2005 e de 2004, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume das transações e o sistema contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Energética da Borborema - CELB em 31 de dezembro de 2005 e de 2004, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Em 31 de dezembro de 2005, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo no montante de R\$5.288 mil (R\$13.150 mil em 2004), e um endividamento de curto e longo prazo, apresentado nas rubricas “encargos de dívidas” e “empréstimos e financiamentos”, no montante de R\$56.412 mil (R\$33.073 mil, em 2004), que tem contribuído para impactar negativamente o resultado das operações da Companhia nos últimos exercícios. Conforme detalhado na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, prosseguindo com o programa de reestruturação de dívidas, a Companhia, juntamente com as demais empresas do Sistema Cataguazes-Leopoldina, realizaram neste ano captações de recursos exigíveis a longo prazo através da distribuição pública de 700 cotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (Sistema Cataguazes-Leopoldina FIDC), no valor total de R\$210.000 mil e firmaram contrato de financiamento no montante de R\$130.000 mil, mediante Cédula de Crédito Bancário – CCB. Na avaliação da Administração, essas transações associadas à existência de projeções internas de resultados positivos serão suficientes para adequar a liquidez à manutenção das operações da Companhia, bem como reduzir progressivamente o referido endividamento e respectivos encargos financeiros.

Rio de Janeiro, 22 de março de 2006

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/S-PB

Iara Pasion
Contadora
CRC nº 1 SP 121517-3/S-PB